



Sales, presidente do Acende: são impostos regressivos e com grande penalização à população de mais baixa renda

## Estudo aponta expansão de carga tributária no setor

Camila Maia  
De São Paulo

A carga tributária consolidada com incidência sobre as receitas das empresas do setor elétrico atingiu 40,23% do total da receita bruta operacional apurada 2014, de acordo com um estudo feito pelo instituto Acende Brasil em parceria com a PricewaterhouseCoopers (PwC) obtido com exclusividade pelo Valor. Sem a previsão de aportes do Tesouro nas empresas no futuro, porém, essa carga pode crescer e representar mais de 50% da receita apurada em 2015 e 2016, de acordo com os especialistas que elaboraram o documento.

O estudo teve como base a carga tributária e os encargos setoriais arrecadados por 47 empresas do setor elétrico brasileiro, que representam aproximadamente 70% do total de geradoras, transmissoras e distribuidoras de energia.

Em 2014, os tributos e encargos recolhidos por essas empresas somaram R\$ 61,7 bilhões, ou 40,23% da receita de R\$ 153,4 bilhões. A política de subsídios do governo ajudou a evitar que o número fosse maior. No ano passado, houve um repasse de R\$ 11,8 bilhões em recursos da União à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), encargo setorial que cobre alguns subsídios, como o Programa Luz para Todos.

A receita operacional bruta

considerada no cálculo foi apenas a das empresas de distribuição que fizeram parte da amostra, pois estas representam o faturamento final com os consumidores de energia. As receitas de geração e transmissão não foram consideradas no total, pois transitam internamente no setor.

Segundo **Claudio Sales**, presidente da Acende Brasil, o orçamento de 2015 não incluiu subsídios do Tesouro à CDE, cenário que deve se repetir em 2016. Considerando esses valores, a proporção da carga tributária em relação à receita deve crescer para 51%, afirmou ele.

"Entendemos que tributar a energia elétrica, que é um bem e um serviço essencial, tem na esteira uma série de consequências indesejáveis", disse **Sales**, completando que são impostos regressivos e com grande penalização às camadas de mais baixa renda da população. Sobre a CDE, há ainda a incidência de ICMS, PIS e Cofins.

Outro fator que tem o potencial para aumentar o peso dos impostos é o pagamento dos empréstimos realizados à Conta ACR, que somaram R\$ 17,8 bilhões em 2014 e serão futuramente cobertos pela CDE, explicou Sergio Bento, sócio da PwC.

A Conta ACR foi criada em 2014 para cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de distribuição por conta da exposição involuntária

no mercado de curto prazo.

Replicando as mesmas condições de 2014 e considerando o repasse dos empréstimos da Conta ACR na tarifa a partir de 2015, há um potencial para acréscimo da carga tributária total de 16,24 pontos percentuais, disse Bento. "Nossa visão é de que isso precisa mudar, o Brasil precisa evoluir nisso", afirmou **Sales**.

Para Bento, a energia é considerada um insumo fundamental, pois está em toda a cadeia de produção. "É algo que precisa estar em constante vigilância e em constante avaliação, para que possamos ter uma condição de competitividade", afirmou.

"Vemos uma tendência de incidir tributos e encargos em energia elétrica por um simples motivo, ela atinge todos. O problema é que ele atinge todos e de forma regressiva, algo que não gostaríamos que acontecesse", afirmou Bento.

A maioria dos tributos e encargos é cobrada sobre a receita de distribuição, uma vez que esta é a porta de entrada do dinheiro nas empresas do setor elétrico, dizem os especialistas. Dos R\$ 61,7 bilhões pagos em 2014, 80% (ou R\$ 49,5 bilhões) foram em distribuição. A receita de geração vem a seguir, com R\$ 10,2 bilhões, ou 17%. Em transmissão, foram recolhidos R\$ 2 bilhões, 3% do total. O imposto com maior peso na receita bruta das empresas foi o ICMS, que representou 17,85% do total.

A carga tributária consolidada com incidência sobre as receitas das empresas do setor elétrico atingiu 40,23% do total da receita bruta operacional apurada em 2014, de acordo com um estudo feito pelo instituto Acende Brasil em parceria com a PricewaterhouseCoopers (PwC) obtido com exclusividade pelo Valor. Sem a previsão de aportes do Tesouro nas empresas no futuro, porém, essa carga pode crescer e representar mais de 50% da receita apurada em 2015 e 2016, de acordo com os especialistas que elaboraram o documento.

O estudo teve como base a carga tributária e os encargos setoriais arrecadados por 47 empresas do setor elétrico brasileiro, que representam aproximadamente 70% do total de geradoras, transmissoras e distribuidoras de energia.

Em 2014, os tributos e encargos recolhidos por essas empresas somaram R\$ 61,7 bilhões, ou 40,23% da receita de R\$ 153,4 bilhões. A política de subsídios do governo ajudou a evitar que o número fosse maior. No ano passado, houve um repasse de R\$ 11,8 bilhões em recursos da União à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), encargo setorial que cobre alguns subsídios, como o Programa Luz para Todos.

A receita operacional bruta considerada no cálculo foi apenas a das empresas de distribuição que fizeram parte da amostra, pois estas representam o faturamento final com os consumidores de energia. As receitas de geração e transmissão não foram consideradas no total, pois transitam internamente no setor.

Segundo **Claudio Sales**, presidente do **Acende Brasil**, o orçamento de 2015 não incluiu subsídios do Tesouro à CDE, cenário que deve se repetir em 2016. Considerando esses valores, a proporção da carga tributária em relação à receita deve crescer para 51%, afirmou ele.

"Entendemos que tributar a energia elétrica, que é um bem e um serviço essencial, tem na esteira uma série de consequências indesejáveis", disse **Sales**, completando que são impostos regressivos e com grande penalização às camadas de mais baixa renda da população. Sobre a CDE, há ainda a incidência de ICMS, PIS e Cofins.

Outro fator que tem o potencial para aumentar o peso dos impostos é o pagamento dos empréstimos realizados à Conta ACR, que somaram R\$ 17,8 bilhões em 2014 e serão futuramente cobertos pela CDE, explicou Sergio Bento, sócio da PwC.

A Conta ACR foi criada em 2014 para cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de distribuição por conta da exposição involuntária no mercado de curto prazo.

Replicando as mesmas condições de 2014 e considerando o repasse dos empréstimos da Conta ACR na tarifa a partir de 2015, há um potencial para acréscimo da carga tributária total de 16,24 pontos percentuais, disse Bento. "Nossa visão é de que isso precisa mudar, o Brasil precisa evoluir nisso", afirmou **Sales**.

Para Bento, a energia é considerada um insumo fundamental, pois está em toda a cadeia de produção. "É algo que precisa estar em constante vigilância e em constante avaliação, para que possamos ter uma condição de competitividade", afirmou.

"Vemos uma tendência de incidir tributos e encargos em energia elétrica por um simples motivo, ela atinge todos. O problema é que ele atinge todos e de forma regressiva, algo que não gostaríamos que acontecesse", afirmou Bento.

A maioria dos tributos e encargos é cobrada sobre a receita de distribuição, uma vez que esta é a porta de entrada do dinheiro nas empresas do setor elétrico,

dizem os especialistas. Dos R\$ 61,7 bilhões pagos em 2014, 80% (ou R\$ 49,5 bilhões) foram em distribuição. A receita de geração vem a seguir, com R\$ 10,2 bilhões, ou 17%. Em transmissão, foram recolhidos R\$ 2 bilhões, 3% do total. O imposto com maior peso na receita bruta das empresas foi o ICMS, que representou 17,85% do total.